



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**TEXTO FINAL**  
**Do PROJETO DE LEI Nº 850, DE 2023**  
**Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994,  
a fim de explicitar a natureza alimentar dos  
honorários advocatícios.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os arts. 22 e 24 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 22. ....**

.....

§ 9º Os honorários decorrentes da prestação de serviço profissional constituem direito dos inscritos na OAB, têm natureza alimentar e gozam dos mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sejam eles convencionados, fixados ou arbitrados por ato judicial ou de sucumbência, lhes sendo assegurados tratamento privilegiado em qualquer modalidade de concurso de credores.” (NR)

**“Art. 24.** O ato judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de julho de 2024.

Senador Davi Alcolumbre, Presidente